

# Câmara Municipal de Rio Claro

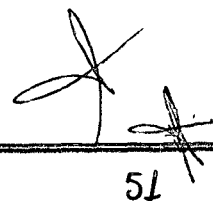
Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 135/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR SUBSTITUTIVO Nº 135/2017, PROCESSO Nº 14854-841-17.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei Complementar Substitutivo nº 135/2017, de autoria do nobre Prefeito João Teixeira Júnior, que dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 89, de 22 de dezembro de 2014, que trata da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Claro e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita ao Prefeito Municipal e Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



51

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

---

A competência de iniciativa é privativa do Prefeito Municipal, a teor do art. 46, incisos I, II e III, bem como do art. 79, V, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Sob esse diapasão, a legitimidade está patente.

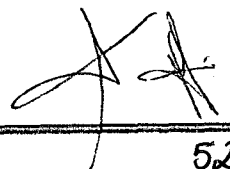
Cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre matéria relativa aos servidores públicos municipais, consoante dispõem os dispositivos legais mencionados.

O Projeto de Lei Complementar ora analisado visa promover a reorganização da estrutura administrativa dos órgãos da administração direta do Poder Executivo do município de Rio Claro, alterando a Lei Complementar Municipal nº 89/2014.

A propósito, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro preceitua em seu artigo 183 que o Município organizará sua administração e exercerá suas atividades por meio de um processo de planejamento de caráter permanente e contínuo.

Verifica-se que nos termos do estudo do impacto orçamentário apresentado pela Secretaria de Economia e Finanças do Poder Executivo, a reforma administrativa não gerará aumento de despesas, uma vez que acarretará uma economia aos cofres públicos no montante de R\$ 276.193,76, respeitando assim os artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000).

---

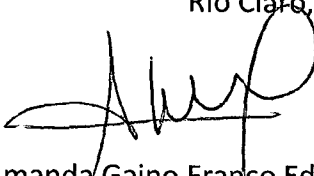


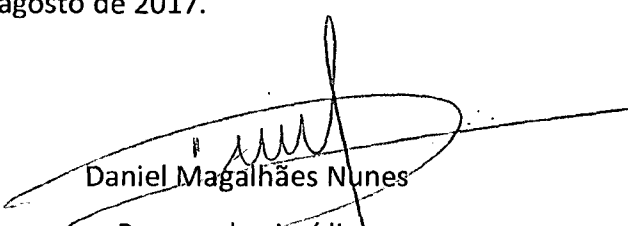
# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o projeto de lei em apreço reveste-se de **legalidade**, sendo que a **matéria deverá ser aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, nos termos do artigo 43, § 2º, III, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.**

Rio Claro, 09 de agosto de 2017.

  
Amanda Gaino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

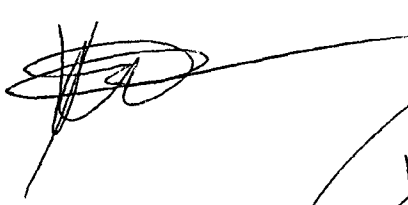

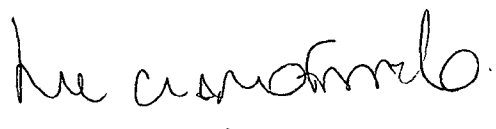
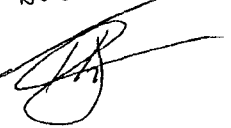



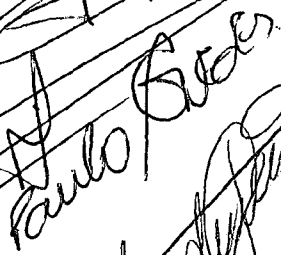
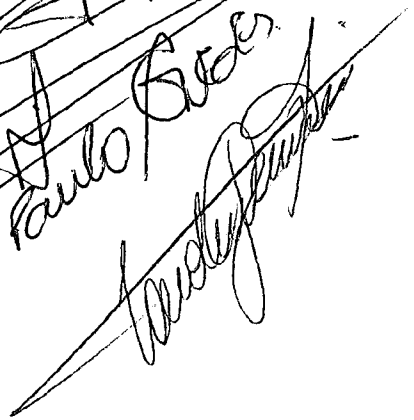
## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SUBSTITUTIVO Nº 135/2017

O presente Projeto de Lei Complementar Substitutivo de autoria do Prefeito Municipal - Dispõe sobre alterações na Lei Complementar n. 89, de 22 de dezembro de 2014, que trata da ESTRUTURA ADMINISTRATIVA da Prefeitura Municipal de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 14 de agosto de 2017.

  
  
Val Bonardi  
Vander C. Lora  
  
He Casimiro  
Adriano da Silva  
  
  
DE-4  
A  
  
Roberto  
  
Paulo  
  
Paulo  


# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 017/2017

(Denomina de "João Pedro Alves dos Santos", a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina).

Artigo 1º - Fica denominada de "João Pedro Alves dos Santos" a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Rio Claro, 2 de Janeiro de 2017.



JOSE JÚLIO LOPES DE ABREU  
Vereador Julinho Lopes  
Vice-Presidente  
Líder do PP

CÂMARA SECRETARIA

02/01/2017 15:14



# ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE LUTO "JOÃO DE CAMPOS"

DECLARACAO DE OBITO

Numero: 13910

[ Dados do Falecido ]

Falecido...: JOAO PEDRO ALVES DOS SANTOS

Sexo.....: Masculino Cor: BRANCA Nascimento: 07.11.2004 Idade: 4 anos E.C.: Solteiro

C.P.F.....: NAO POSSUI RG: NAO POSSUI Nat.: RIO CLARO/SP

Endereco...: AV. 08-A - 1.187 Bairro: BELA VISTA Cidade: RIO CLARO/SP

Bens a inventariar: Nao Usufruto: Nao Testamento: Nao Prof.: MENOR

Eleitor: Nao Titulo: NAO POSSUI C. Prof.: NAO Serie: POSSUI Aposentado: Nao

[ Filiacao ]

Pai: MAURICIO ALVES DOS SANTOS, Casado(a) Nat.: RIO CLARO/ SP

Mae: ANA LUCIA GOUVEA DOS SANTOS, Casado(a) Nat.: JUNDIAI/ SP

Profissao-Pai: INDUSTRIARIO Profissao-Mae: TESOUREIRA

Residencia: AV. 08-A - 1.187 Bairro: BELA VISTA Cidade: RIO CLARO UF: SP

[ Dados do Conjuge ]

Solteiro-Obs:

em 07.11.2004 UF:SP

Cartorio.....: RIO CLARO Cert.:148849 Lv.:A280 fls.:060

[ Filhos - Idade ]

[ Dados do obito ]

Falec...: 05.07.2009 Hr: 21:00 Loc: HOSPITAL UNIMED DE RIO CLARO, SANTA CRUZ, RIO CLARO/SP

Sepul...: 06.07.2009 Hr: 15:00 Loc: S.J.BATISTA, RIO CLARO/SP

Medico: DRA.CIBELE DA SILVA COSME

CRM: 82270

Causa da Morte: CHOQUE SEPTICO,MENINGITE BACTERIANA.

Feli a presente declaracao e estando de acordo com os dados nela inseridos, responsabilizo-me por futuras contestacoes.A presente declaracao é valida para fins de sepultamento e remoção d corpos, inclusive para alem dos limites do Municipio de Rio Claro, nos termos do Artigo 60 d Lei nr. 6.015 e da Portaria nr. 12/94 da Corregedoria Permanente.

Cartorio de Registro Civil de Rio Claro - End.: Rua 5, 540 - Rio Claro-SP.

Declarante: MAURICIO ALVES DOS SANTOS Idade: 39 anos,

C.P.F.....: 123.709.258-25/SP RG 19.138.505/SP

E. Civil...: Casado(a) Prof.: INDUSTRIARIO Parent.: PAI Fone: 9739.7750

Endereco...: AV. 08-A - 1.187 Bairro: BELA VISTA Cidade: RIO CLARO/SP

*Donatella Barilatti*

Nome do Funcionario

*Mauricio Alves dos Santos*  
MAURICIO ALVES DOS SANTOS

Rio Claro, 03 de Julho de 2009.

4a. via - Declarante



## **ANUÊNCIA**

A família de **JOÃO PEDRO ALVES DOS SANTOS**, representada pela sua genitora Ana Lúcia Gouvea dos Santos **DECLARA** que é com grande honra e orgulho que aceita a homenagem de denominação de próprio público (Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina), localizada na Rua 14-A, nº 121 – Bairro Bela Vista – Rio Claro – SP., através de Lei Municipal de iniciativa do Vereador JULINHO LOPES.

Rio Claro, 2 de Janeiro de 2017.

  
**ANA LÚCIA GOUVEA DOS SANTOS**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

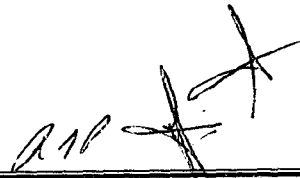
**PARECER JURÍDICO Nº 017/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI  
Nº 017/2017, PROCESSO Nº 14700-687-17.**

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 017/2017, de autoria do nobre Vereador José Julio Lopes de Abreu, que denomina de "João Pedro Alves dos Santos" a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina.

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). No caso, foi juntada certidão de óbito do homenageado.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).

  
58



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

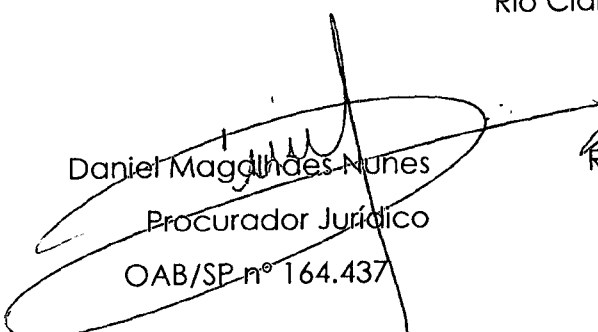
3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.


**Portanto, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:**

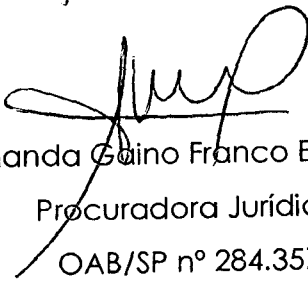
a) Se a citada quadra já tem denominação própria e se está devidamente concluída.

Outrossim, com a resposta afirmando que a mesma não tem denominação e que já está concluída **o Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.**

Rio Claro, 20 de fevereiro de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Guino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 017/2017

PROCESSO 14.700.687-17

PARECER Nº 103/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Denomina de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina.

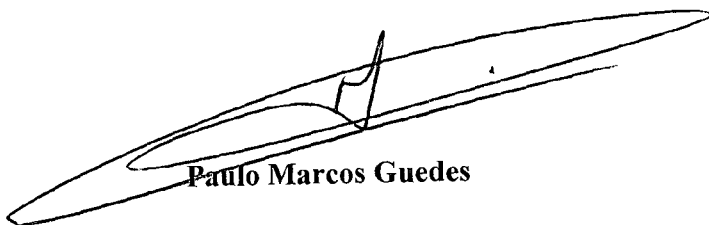
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 01 de junho de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**



**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**

**Rafael Henrique Andreeta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 017/2017

PROCESSO 14.700.687-17

PARECER Nº 067/2017

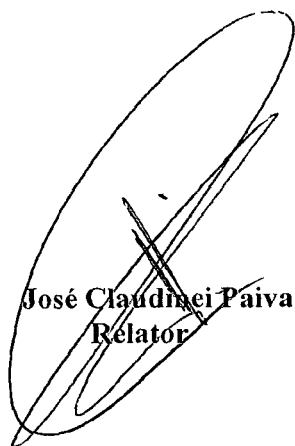
O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Denomina de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

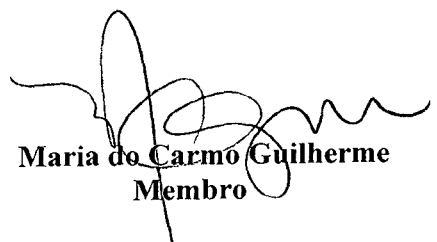
Rio Claro, 03 agosto de 2017.

**Paulo Rogério Guedes**

**Presidente**



**José Claudinei Paiva**  
**Relator**



**Maria do Carmo Guilherme**  
**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 017/2017

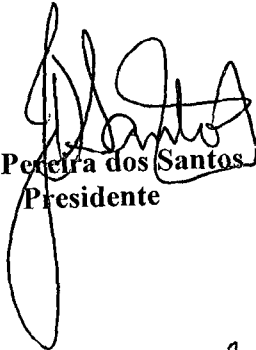
PROCESSO 14.700.687-17

PARECER Nº 61/2017


O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Denomina de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 01 de junho de 2017.

  
José Pereira dos Santos  
Presidente

Paulo Marcos Guedes  
Relator

  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 017/2017

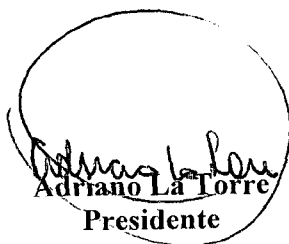
PROCESSO 14.700.687-17

PARECER Nº 056/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Denomina de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpidio Mina.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 29 de junho de 2017.



Adriano La Torre  
Presidente

*Irander Augusto Lopes*  
Irander Augusto Lopes

Relator

Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROJETO DE LEI Nº 017/2017

PROCESSO 14.700.687-17

PARECER Nº 02/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Denomina de “João Pedro Alves dos Santos”, a Quadra Poliesportiva coberta da Escola Municipal Professor Elpídio Mina.


Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

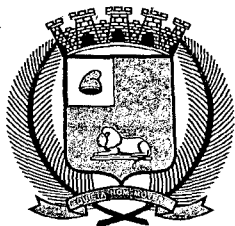
Rio Claro, 01 de junho de 2017.

  
**Ruggero Augusto Seron**  
Presidente

**Caroline Gomes Ferreira**

**Relator**

  
**Luciano Feitosa de Melo**  
Membro



GABINETE DO PREFEITO

# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Ofício G.P. nº 757/2017

Rio Claro, 31 de Maio de 2017.

Exmo. Sr.

**ANDRÉ GODOY**

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro

Com minhas cordiais saudações, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar –lhe a resposta da solicitação da Comissão de Constituição e de Justiça do dia 23.02.2017 enviada a esse gabinete com relação ao PROJETO DE LEI Nº 17/2017.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus protestos de estima e apreço.

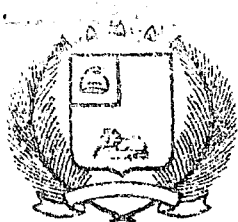
Atenciosamente.



**JOSÉ RICARDO NAITZKE**  
Chefe de Gabinete

31/MAI/2017 15:25

CÂMARA SECRETARIA



**Prefeitura Municipal de Rio Claro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal da Educação**

Rio Claro, 07 de março de 2017.

Mm. SME 137/2017

Ao Gabinete do Prefeito.

A/C: Sr. JOSÉ RICARDO NAITZKE – Chefe de Gabinete.

Em relação ao Projeto de Lei nº 017/2017 informamos que: a) a quadra poliesportiva da EM Elpídio Mina foi concluída; b) a quadra poliesportiva ainda não possui denominação; c) o diretor da unidade de ensino, Sr. Nelson Leme da Silva Junior, afirma que a denominação proposta pelo nobre vereador José Júlio Lopes de Abreu – a saber, “João Pedro Alves dos Santos”, em homenagem a um ex-aluno da escola, que faleceu recentemente – honraria toda a comunidade escolar.

Era o que tínhamos para o momento.

Aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Adriano Moreira  
Secretário Municipal de Educação



11 8 MAR. 2017  
*Wagner*

**Secretaria Municipal da Educação**  
Rua 8 n.º 3300 - Alto do Santana - CEP 13504-188  
Fone: (19) 3522.1950 • Fax: (19) 3522.1968 - 3522.1975  
e-mail: smerc@ig.com.br • educacaorc@ig.com.br



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 038/2017

(Denomina o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de "Cidinha do 156").

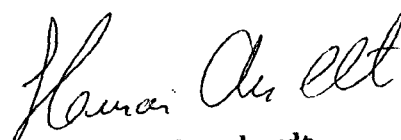
Artigo 1º - Fica denominado o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de "Cidinha do 156".

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 10 de março de 2017.



MARIA DO CARMO GUILHERME  
Vereadora



Hernani Leonhardt  
Vereador  
PMDB

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

Maria Aparecida Paulino de Souza Marques nasceu no dia 07 de dezembro de 1960. Era filha de José Paulino de Souza Marques e Catarina Proni de Souza.

Casou-se com Marcos Antonio Marques e dessa união nasceram três filhos: Willian Rodrigo Marques, Wever Guilherme Marques (*in memoriam*) e Wesley Ricardo Marques.

Em 2003 prestou concurso para a Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Rio Claro tendo trabalhado junto ao Fundo Social e junto a Igreja de Santa Luzia nos eventos promovidos pela paróquia.

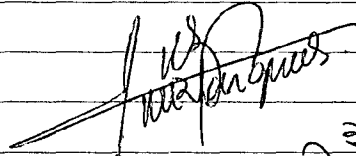
Em 11 de janeiro de 2017 veio a falecer.

Assim, diante de todo o exposto, conto com o inestimável apoio dos nobres pares para homenagearmos esta importante mulher foi Maria Aparecida Paulino de Souza Marques, a "Cidinha do 156".

Nós, família da Senhora Maria Aparecida Paulino de Souza Marques, representados por seu filho Willian Rodrigo Marques, autorizo a Homenagem através da menção com a indicação do nome de minha mãe, nomeando o serviço "156" com o nome dela, Projeto de Lei de autoria da Vereadora Maria do Carmo Guilherme.

DATA

Eu William Rodrigo Marques  
RG 30-206.931-8 filho de Maria Esp.  
P. de Souza Marques autorizo a Homenagem  
através da mensão com a indicação de  
nome de minha mãe Maria Aparecida Paulino  
de Souza Marques, nomeando o serviço "156"  
com o nome dela.



30-206.931-8  
William Rodrigo Marques.  
RC - 07/fevereiro de 2017

ECOLÓGICA

27 JAN, 2017



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Jaime Leite Galera  
Escritor Autorizado RS 3.35  
115548

AUTENTICAÇÃO

0871AA029518

## CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

**\*\* MARIA APARECIDA PAULINO DE SOUZA MARQUES \*\***

MATRÍCULA:

**\*\* 115543 01 55 2017 4 00147 154 0075086-07 \*\***

SEXO

COR

ESTADO CIVIL E IDADE

FEMININO

branca

casada - 56 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ELEITOR

RIO CLARO-SP

RG 200872084

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

José Paulino de Souza e Catarina Proni de Souza \*\*\*  
RESIDENTE NA AVENIDA 22-A, N° 1090, VILA INDAIÁ, RIO CLARO, SP \*\*\*

DATA E HORA DO FALECIMENTO

DIA MÊS ANO

ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE - ÀS 10:30 H

11 01 2017

LOCAL DE FALECIMENTO

NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIO CLARO, SP \*\*\*

CAUSA DA MORTE

HEMORRAGIA SUBARACNOIDE, ANEURISMA CEREBRAL ROTO, CLIPAGEM DE ANEURISMA ROTO,  
HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTEMICA \*\*\*

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO(MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)

DECLARANTE

SEPULTADO NO CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA DE RIO CLARO, SP.

WILLIAN RODRIGO MARQUES

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Dr. RICARDO GARCIA CRM N° 105873 \*\*\*

OBSERVAÇÕES

A finada era casada com Marcos Antonio Marques em Rio Claro, SP aos 02/06/1979, era eleitora, deixou bens a inventariar e não deixou testamento, deixando os seguintes filhos: Willian, com 37 anos e Wesley, com 20 anos. Era o que me cumpria certificar. \*\*\*

REGISTRO CIVIL DE RIO CLARO  
PAULO FERNANDO PIRES DA SILVEIRA - Oficial  
RUA 5° 540, CENTRO - RIO CLARO - SP CEP 13500-040  
Tel/Fax (19) 3524-5020  
E-mail: crrcioclara@terra.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
RIO CLARO, 28 de janeiro de 2017

ANTONIO CARLOS MAZZEO JUNIOR  
ESCRIVENTE AUTORIZADO  
ISENTO DE EMOLUMENTOS

115543-3-AA 000055520

115543-3-AA 000055520

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

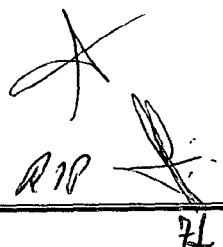
PARECER JURÍDICO Nº 038/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI  
Nº 038/2017 - PROCESSO Nº 14733-720-17.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 038/2017, de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, que denomina de "Cidinha do 156" o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro.

No tocante à denominação de próprios, vias e logradouros públicos, a Lei Orgânica do Município de Rio Claro exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

1) Que a denominação não seja procedida com o nome de pessoas vivas (artigo 296). No caso, foi juntada certidão de óbito da homenageada.

2) Que a denominação somente poderá ocorrer depois de concluída a construção do patrimônio, quando for o caso (artigo 106, Parágrafo único).



Handwritten signature and initials, likely representing the legal representative of the Municipality of Rio Claro.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

3) Que o próprio ou via pública ainda não tenha denominação.

Portanto, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

a) Se o citado departamento já tem denominação própria.

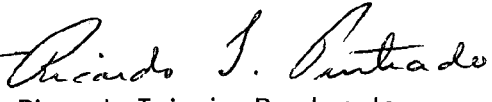
Outrossim, com a resposta afirmando que o mesmo não tem denominação, o **Projeto de Lei em apreço se revestirá de legalidade.**

Rio Claro, 29 de março de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 038/2017

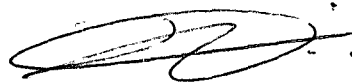
PROCESSO 14.733.720-17

PARECER Nº 126/2017

O presente Projeto de Lei de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME** Denomina o “156” da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de “Cidinha do 156”.

Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 02 de agosto de 2017.



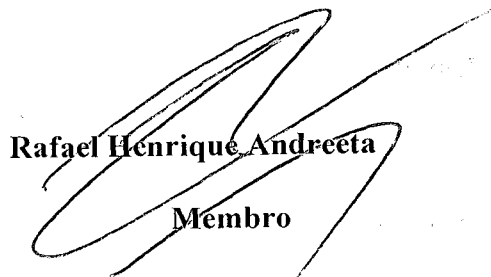
Dermeval Nevoeiro Demarchi

Presidente



Paulo Marcos Guedes

Relator



Rafael Henrique Andreetta

Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 038/2017

PROCESSO 14.733.720-17

PARECER Nº 094/2017

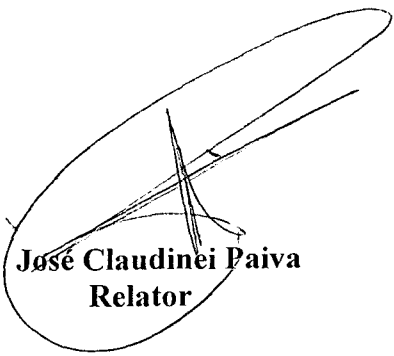
O presente Projeto de Lei de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Denomina o “156” da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de “Cidinha do 156”.

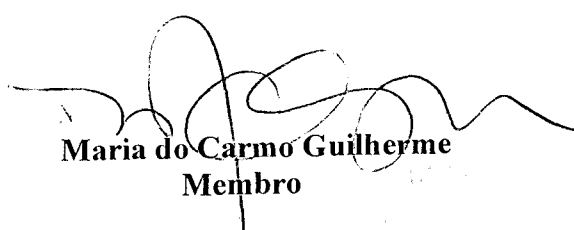
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o  
que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 03 agosto de 2017.

  
**Paulo Rogério Guedes**

**Presidente**

  
**José Claudinei Paiva**  
**Relator**

  
**Maria do Carmo Guilherme**  
**Membro**



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 038/2017

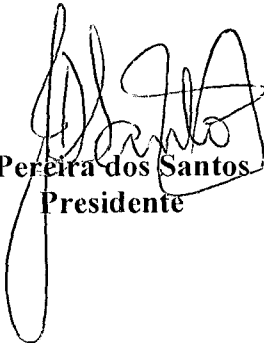
PROCESSO 14.733.720-17

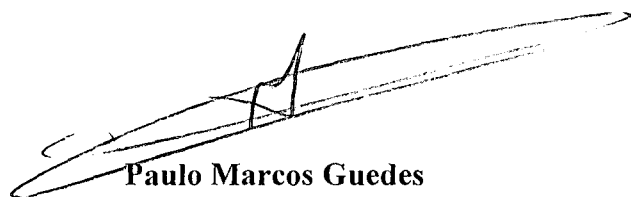
PARECER Nº 118/2017

O presente Projeto de Lei de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME** Denomina o "156" da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de "Cidinha do 156".

Esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 07 de agosto de 2017.

x   
José Pereira dos Santos  
Presidente

  
Paulo Marcos Guedes  
Relator

x  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 038/2017

PROCESSO 14.733.720-17

PARECER Nº 073/2017

O presente Projeto de Lei de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME** Denomina o “156” da Prefeitura Municipal de Rio Claro, de “Cidinha do 156”.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

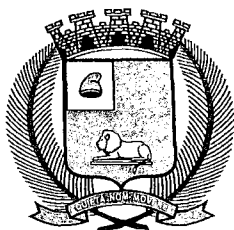
Rio Claro, 10 de agosto de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

x   
Irander Augusto Lopes

Relator

✓   
Caroline Gomes Ferreira  
Membro



GABINETE DO PREFEITO

# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Ofício G.P. nº 1145 /2017  
2017.

Rio Claro, 17 de Agosto de

Exmo. Sr.

**ANDRÉ GODOY**

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro

Com minhas cordiais saudações, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar –lhe a resposta da solicitação da Comissão de Constituição e de Justiça do dia 27.04.2017 enviada a esse gabinete com relação ao PROJETO DE LEI Nº 38/2017.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente.



**JOSÉ RICARDO NAITZKE**

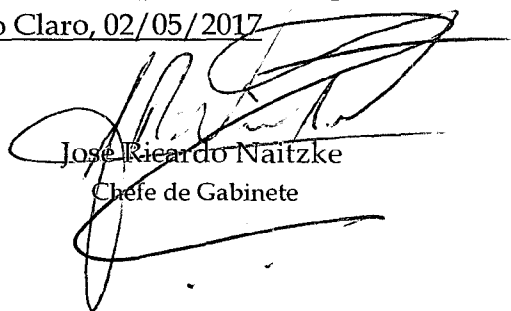
Chefe de Gabinete

17/08/2017 13:53  
GABINETE DO PREFEITO

# DO GABINETE DO PREFEITO

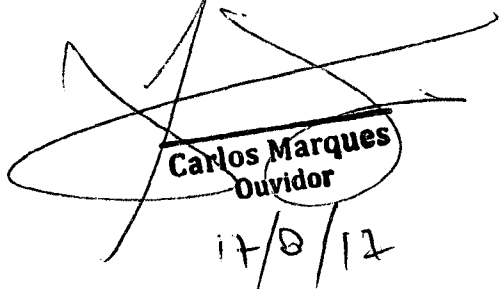
A Ouvidoria para análise e parecer.

Rio Claro, 02/05/2017

  
José Ricardo Naitzke  
Chefe de Gabinete

Em atendimento a  
solicitação do p.ºs. da  
Câmara, c.ºs. informando  
que sim, o atendimento  
156 é uma unidade  
nada a ver da prefeitura  
municipal.

Seu mais  
Atenciosamente.

  
Carlos Marques  
Ouvidor  
17/0/12

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 040/2017

**Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias.**

Art. 1º Fica instituída a "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego" a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de Outubro.

Art. 2º Na semana a que se refere o art. 1º desta Lei, as escolas públicas municipais poderão realizar atividades destinadas a orientação profissional dos alunos devidamente matriculados na 8ª série do ensino fundamental.

Art. 3º O conjunto de atividades mencionadas no art. 2º desta lei tem o objetivo de:

I - informar aos estudantes quais são as principais profissões existentes no mercado de trabalho e seus requisitos para ingresso;

II - esclarecer os estudantes a respeito das atribuições e tarefas das principais profissões existentes no mercado de trabalho;

III. apresentar e esclarecer dúvidas acerca da Lei 10.097/2.000, conhecida como; Lei da Aprendizagem;

IV. esclarecer dúvidas sobre os contratos de aprendizagem;

V. informar sobre as agendas, associações profissionalizantes, programas, órgãos e/ou entidades que incentivam a contratação de menores aprendizes;

Art. 4º As atividades consistirão em exposições durante as aulas, palestras, entrevistas, discussões em grupos e demais recursos didáticos disponíveis.

Art. 5º - Para a melhor consecução dos objetivos da "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego", a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a entidade escolar, poderão convidar profissionais de varias áreas para proferirem palestras, discorrendo sobre as suas experiências profissionais, bem como realizar atividades pedagógicas em conjunto com os professores, alunos e demais convidados.

Art. 6º Para execução da presente lei deve-se privilegiar ações que não impliquem ônus para o Poder Publico Municipal.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º - O Poder executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber, revogando-se as disposições em contrario.

Rio Claro, 13 de Março de 2017.



**LUCIANO FEITOSA DE MELO**

**Vereador**

# Câmara Municipal de Rio Claro

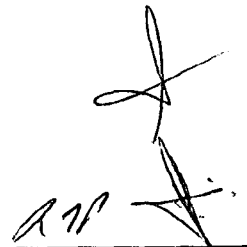
Estado de São Paulo

**PARECER JURÍDICO Nº 040/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
040/2017 - PROCESSO Nº 14735-722-17.**

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 040/2017, de autoria do nobre Vereador Luciano Feitosa de Melo, que institui no Município de Rio Claro a "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas de Rio Claro".

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

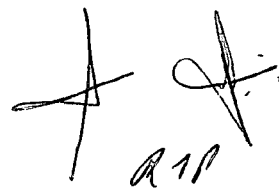
O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei autoriza a instituição da "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas de Rio Claro", a ser comemorada, anualmente, na última semana de outubro.

Entretanto, considerando que o artigo 46, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro dispõe que **competete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública**, entendemos que, para não incorrer em vício de iniciativa, deve ser elaborada uma **emenda supressiva para excluir os artigos 5º e 7º do presente projeto de lei, renumerando os demais artigos**.

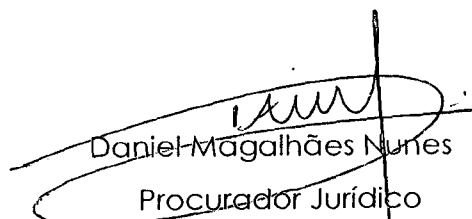
Handwritten signature and initials, possibly reading 'A 1º'.

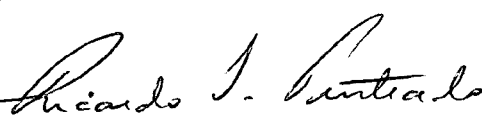
# Câmara Municipal de Rio Claro

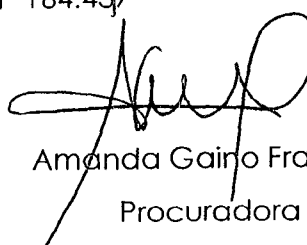
Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se **reveste de legalidade, com as ressalvas acima apontadas.**

Rio Claro, 29 de março de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 040/2017

PROCESSO 14.735-722-17

PARECER Nº 073/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Luciano Feitosa de Melo** Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias.

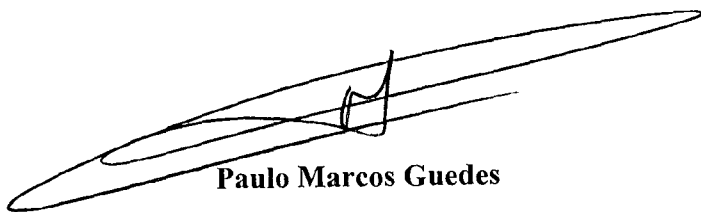
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 08 de junho de 2017.



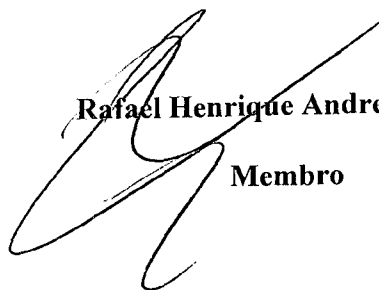
**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**



**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**



**Rafael Henrique Andreeta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 040/2017

PROCESSO 14.735-722-17

PARECER Nº 071/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Luciano Feitosa de Melo** Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 03 agosto de 2017.

  
Paulo Rogério Guedes

Presidente

  
José Claudinei Paiva  
Relator

Maria do Carmo Guilherme  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 040/2017

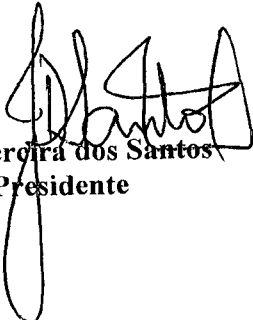
PROCESSO 14.735-722-17

PARECER Nº 082/2017


O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Luciano Feitosa de Melo** Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 22 de junho de 2017.

  
José Pereira dos Santos  
Presidente

Paulo Marcos Guedes  
Relator

  
Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 040/2017

PROCESSO 14.735-722-17

PARECER Nº 087/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Luciano Feitosa de Melo** Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 29 de junho de 2017.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes

Relator

Caroline Gomes Ferreira  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 040/2017

PROCESSO 14.735-722-17

PARECER Nº 016/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Luciano Feitosa de Melo** Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 07 de agosto de 2017.



Thiago Yamamoto

Presidente



Geraldo Luis de Moraes

Relator



Anderson Adolfo Christofolletti

Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 40/2017

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR AUTOR DO PROJETO.

**"Institui a Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego nas escolas públicas municipais de Rio Claro, e dá outras providencias."**

(Altera-se a redação do Projeto de Lei Nº 040/2017)

### Emenda modificativa

Artigo 1º - A **emenda modificativa** para incluir alterações no artigo Art. 5º, com correção.

Art. 5º - Para a melhor consecução dos objetivos da "Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego", o Poder Executivo poderá outorgar a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e a entidade escolar, poderão convidar profissionais de varias áreas para proferirem palestras, discorrendo sobre as suas experiências profissionais, bem como realizar atividades pedagógicas em conjunto com os professores, alunos e demais convidados.

### Emenda modificativa

Artigo 2º - A **emenda modificativa** para alterara redação do artigo: Art. 7.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá regulamentará a presente Lei.

Rio Claro, 17 de Maio de 2017



LUCIANO FEITOSA DE MELO

Vereador

CÂMARA SECRETARIA

17/MAI/2017 14:19

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## Projeto de Lei Nº 041/2017

Dispõe sobre criação do projeto de viabilidade viária, pelo empreendedor, como requisito para aprovação do empreendimento imobiliário ou conjuntos habitacionais no Município de Rio Claro.


**Artigo 1º** - Fica estabelecido que quando ocorrer a construção de novos empreendimentos imobiliários ou conjuntos habitacionais no Município de Rio Claro, fica o empreendedor obrigado a realizar o estudo de impacto da viabilidade viária.

**Artigo 2º** - Após a realização do estudo, se constatada a necessidade de investimentos e mudanças no sistema viário da localidade, a responsabilidade pelos custos das alterações ficará a cargo do empreendedor.

**Artigo 3º** - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, por meio de Decreto.

**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 13 de março de 2017



PAULO MARCOS GUEDES  
Vereador

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

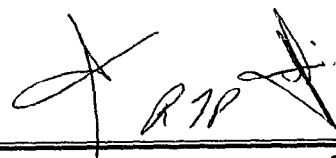
**PARECER JURÍDICO Nº 041/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI  
Nº 041/2017, PROCESSO Nº 14736-723-17.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 041/2017, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que dispõe sobre a criação do projeto de viabilidade viária, pelo empreendedor, como requisito para aprovação do empreendimento imobiliário ou conjuntos habitacionais no Município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly "RJP", in black ink.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


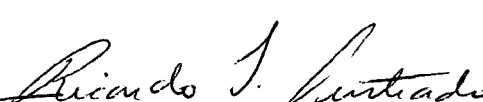
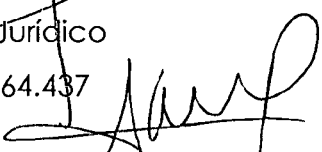
Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei estabelece que quando ocorrer à construção de novos empreendimentos imobiliários ou conjuntos habitacionais fica o empreendedor obrigado a realizar o estudo de impacto da viabilidade viária, não subsistindo qualquer inconstitucionalidade.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade.**

Rio Claro, 29 de março de 2017.

 Daniel Magalhães Nunes Procurador Jurídico OAB/SP nº 164.437	 Ricardo Teixeira Penteado Procurador Jurídico OAB/SP nº 139.624
 Amanda Gaino Franco Eduardo Procuradora Jurídica OAB/SP nº 284.357	

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 041/2017

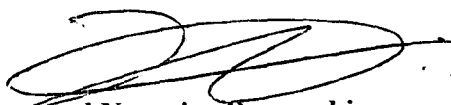
PROCESSO 14.736-723-17

PARECER Nº 060/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Paulo Marcos Guedes** Dispõe sobre a criação do projeto de viabilidade viária, pelo empreendedor, como requisito para aprovação do empreendimento imobiliário ou conjuntos habitacionais no Município de Rio Claro.

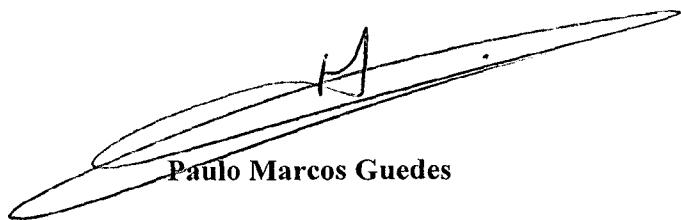
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 19 de abril de 2017.



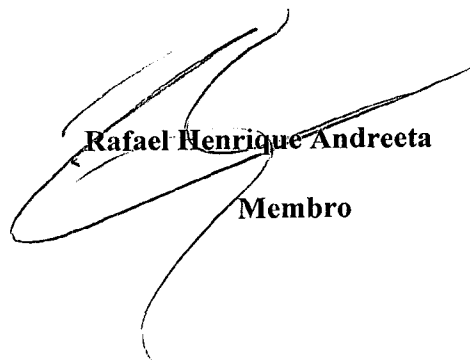
**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**



**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**



**Rafael Henrique Andreetta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 041/2017

PROCESSO 14.736-723-17

PARECER Nº 033/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **Paulo Marcos Guedes** Dispõe sobre a criação do projeto de viabilidade viária, pelo empreendedor, como requisito para aprovação do empreendimento imobiliário ou conjuntos habitacionais no Município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 27 de abril de 2017.



Paulo Rogério Guedes

Presidente



José Claudinei Paiva  
Relator

Maria do Carmo Guilherme  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## Projeto de Lei Nº 048/2017

Dispõe sobre a proibição de animais de grande porte circular soltos pelas vias do Município de Rio Claro.

**Artigo 1º**- A permanência de animais nas vias e logradouros públicos é de total responsabilidade de seus respectivos donos, não podendo transitar sem a presença de um responsável.

**Artigo 2º** - Os animais que forem encontrados soltos ficarão apreendidos pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o qual, se não reivindicada sua propriedade com os documentos para sua comprovação e sendo estes economicamente apreciáveis, serão submetidos à leilão a ser procedido nos termos da Lei nº 8.666/93.

**Artigo 3º** - Através de seus agentes, o município recolherá os animais encontrados soltos nas ruas, que serão levados ao abrigo público de animais ou qualquer outro estabelecimento congênere que vier a ser criado pela administração.

**Artigo 4º** - Ao dar entrada no abrigo ou estabelecimento indicado, o animal deverá passar por exame veterinário, sendo portador de zoonose epidêmica, que implique em risco para a saúde pública, o animal poderá ser eutanasiado mediante laudo assinado por dois veterinários e caso seja portador de zoonose sanável, e dispondo o estabelecimento de meios, o tratamento adequado será aplicado.

**Parágrafo único** – Animais com características de maus-tratos não serão devolvidos aos proprietários, até que seja feita apuração policial.

**Artigo 5º** - Para reaver o animal apreendido, o proprietário deverá recolher aos cofres públicos municipais o valor da multa, bem como deverá ressarcir à Administração Pública os gastos por ela suportados em razão da alimentação, higiene, transporte, estadia e cuidados médicos despendidos com o animal.

**Parágrafo Único** – O valor da Multa será estipulado pelo poder executivo.

**Artigo 6º**- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

**Artigo 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 20 de março de 2017.

  
**JOSÉ CLAUDINEI PAIVA**  
Vereador

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

---

## **JUSTIFICATIVA**

A livre circulação de animais de grande porte na área urbana de Rio Claro é um problema antigo e sério, que urgentemente precisa ser solucionado.

É comum trafegar pelas avenidas do Município, e deparar com animais circulando livremente em território inapropriado para eles, colocando em risco a vida de condutores e pedestres.

Segundo reportagem do Jornal Cidade do dia 16 de Março de 2017, moradores de vários bairros reclamam que além de invadirem chácaras e espalharem lixo, os animais complicam o trânsito e provocam acidentes.

Esta lei tem por objetivo, proteger os animais, bem como pedestres e condutores em geral.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

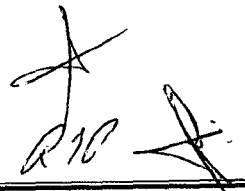
**PARECER JURÍDICO Nº 048/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº  
048/2017 - PROCESSO Nº 14745-732-17.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 048/2017, de autoria do nobre Vereador José Claudinei Paiva, que dispõe sobre a proibição de animais de grande porte circular soltos pelas vias do Município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly reading 'R10' and a stylized 'A'.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei proíbe a circulação de animais de grande porte soltos pelas vias públicas do município de Rio Claro.

Entretanto, considerando que o artigo 46, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro dispõe que **compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais** e órgãos da administração pública, entendemos que, para não incorrer em vício de iniciativa, **devem ser elaboradas emendas supressivas aos artigos 3º e 4º, caput, do presente projeto de lei, renumerando os demais artigos.**

Vale lembrar que, com a aprovação do supramencionado projeto de lei, os artigos da Lei Municipal 1660/1980 (que regula a apreensão de animais soltos em logradouros e vias públicas do Município e dá outras providências) que forem incompatíveis com o Projeto em questão serão revogados.

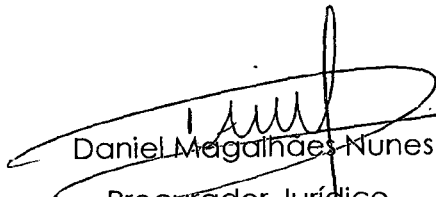
Handwritten signature and initials, possibly "R10", in the bottom right corner of the page.


# Câmara Municipal de Rio Claro

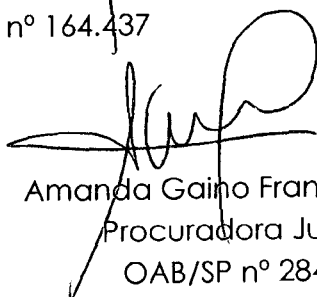
Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade, com as ressalvas acima mencionadas.**

Rio Claro, 31 de março de 2017.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco Eduardo  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 048/2017

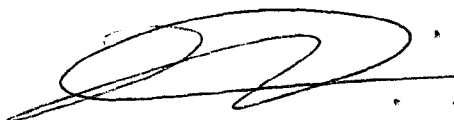
PROCESSO 14.745.732-17

PARECER Nº 080/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **José Claudinei Paiva** Dispõe sobre a proibição de animais de grande porte circular soltos pelas vias do Município de Rio Claro.

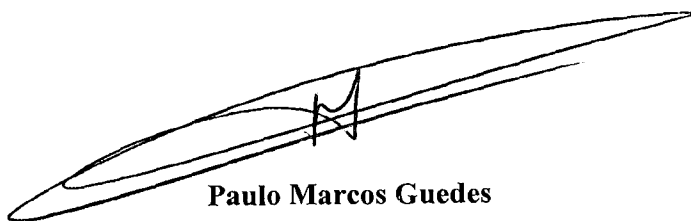
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 17 de maio de 2017.



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

**Presidente**



**Paulo Marcos Guedes**

**Relator**

**Rafael Henrique Andreeta**

**Membro**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA  
URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 048/2017

PROCESSO 14.745.732-17

PARECER Nº 034/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **José Claudinei Paiva**  
Dispõe sobre a proibição de animais de grande porte circular soltos pelas vias do  
Município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista  
o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 03 de agosto de 2017.



**José Júlio Lopes de Abreu**  
Presidente

**Dermeval Nevoeiro Demarchi**

Relator



**Yves Raphael Carbinatti Ribeiro**  
Membro